

Studia Romanica Posnaniensia 46/3 (2019): 95-104  
Adam Mickiewicz University Press  
Received: 06.05.2019 / Accepted: 12.09.2019

DOI: 10.14746/strop.2019.463.006  
ISSN 0137-2475, eISSN 2084-4158

## Lusofonia – entre mito, história e futuro<sup>1</sup>

### Lusophony – among myth, history and future

Wojciech Charchalis

Universidade Adam Mickiewicz

wcharchalis@net.sapo.pt

#### Abstract

The paper discuss the problem of lusophony as a poscolonial neoimperial Portuguese ideology. The author claims that the lusophonic mythology, that is currently being created, is ingrained in the tradition of salazarist propaganda. Also the frequent mentions of lusotropicalism in the context of the modern lusophony is observed especially in the case of enunciations of the Portuguese dignitaries of whom Mario Soares is the most prominent. The conclusion is that the idea of lusophony may resemble lusotropicalism in many aspects, especially if we take into account the Portuguese point of view. Also the approach towards the idea of lusophony of the Portuguese speaking African countries and Brasil is shortly discussed.

**Keywords:** lusophony, lusotropicalism, salazarism, portuguese myths

CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) foi oficialmente fundada no dia de 17 Julho de 1996 no encontro fundador em Lisboa. A ideia surgiu da necessidade de juntar as forças no mundo globalizante, tendo como base outras organizações de países de línguas coloniais europeias. O propósito da CPLP segundo acordo assinado é “(...) o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa” (Declaração Constitutiva da CPLP). A base da

---

<sup>1</sup> O presente artigo está baseado em grande parte num fragmento do capítulo 3 do meu livro publicado em língua polaca (Charchalis, 2019).

CPLP é a língua portuguesa cujo papel e significado se define na declaração (Declaração Constitutiva da CPLP).

Chama atenção o facto de que os 4 pontos referentes à língua portuguesa – como o resto do documento – estão orientados para o futuro e não para o passado. Em toda a declaração não aparecem referências às razões de espalhamento da língua portuguesa pelo mundo nem sobre o passado colonial de Portugal, nem do seu império. O documento concentra-se no *status quo* e na necessidade da cooperação de todos os seus membros no futuro. Este cuidado de não incluir na declaração referências ao passado seguramente foi resultado de uma vontade de evitar eventuais conflitos, por um lado, e de encobrir os ressentimentos imperiais e coloniais por outro.

O termo lusofonia inventado para a CPLP na base da francofonia está pensado para ser uma breve substituição da própria CPLP. Deve também apagar todas as possíveis ligações ao império / colónias / províncias de ultramar. A criação da CPLP com a sua lusofonia e o desejo da popularização da língua portuguesa faz pensar no desejo dos Franceses de exercer o poder „soft” através da popularização da cultura e da língua – foi este o propósito da criação da Allianz Francaise já em 1883 – em diferença ao poder “hard”, por tanto dominação política e militar (Faraco, 2012, p. 33). Esta dominação “soft”, iniciada pelos Franceses ainda no auge dos tempos coloniais foi aproveitada pela Grã Britânia no período de declínio do império britânico. Segundo a carta da OIF (l’Organisation Internationale de la Francophonie) e Commonwealth, cujos propósitos e papeis são praticamente iguais, a base de relação entre os membros é a língua e a sua popularização. Além disso, estas organizações devem promover a convivência e cooperação dos seus membros como parceiros iguais; também não se fala nestes documentos sobre o passado colonial. É evidente, no entanto, que a língua não é unicamente um veículo de comunicação mas é também um portador de cultura e ideias. Não surpreende por tanto que o elo mais forte e o factor dominante tanto no caso da OIF, como da Commonwealth isso é as ex-metrópoles sofrem os gastos mais substanciais relacionados com o seu funcionamento, no entanto também são elas os maiores beneficiários da sua existência. Podemos então verificar aqui o triunfo da ideia do “poder soft” (Faraco, 2012, p. 33). A língua que define a zona de influência cultural define também a zona de influência económica da ex-metrópole.

Apesar do facto de que a CPLP, tendo a sua base e a sua mitologia na lusofonia, foi pensada como uma organização económica de parceiros iguais no mundo globalizante, não podemos esquecer das tentações neocoloniais que surgem no discurso público. Podemos observar uma evidente aproximação de Portugal e o Brasil com os países africanos – parece que neste caso a língua deve ser unicamente um pretexto que faz a presença brasileira e portuguesa na África mais fácil (Faraco, 2012, p. 44). Mas temos de admitir que a língua portuguesa é uma língua de elites políticas, económicas, intelectuais e militares de todos os países da antiga colonização portuguesa, por tanto *per se* é o portador da comunicação e não necessita de

promoção para se poder fazer negócios em Angola ou Moçambique. Carlos Alberto Faraco acha – e é difícil não estar de acordo – que a ideia da lusofonia é uma construção portuguesa de influência em antigas colónias africanas e é ao mesmo tempo um travão da atividade brasileira nos países da língua portuguesa (Martins, 2016).

Chama atenção o facto que a mitologia lusófona é surpreendentemente parecida à mitologia salazarista imperial e as referências, cada vez mais frequentes ao lusotropicalismo<sup>2</sup>, assim como postulados de refrescar o lusotropicalismo, supostamente nos “tempos modernos”, supostamente garantindo uma nova – e não colonial – leitura desta ideia, de forma definitiva faz de lusofonia uma ideia neocolonial, surgente de saudades do império, de desejo de fazer de Lisboa a metrópole do mundo lusófono. Primeiro, quando se fala sobre a língua portuguesa no mundo, não se fala da razão desta presença, no máximo dando uma justificação tão só de assim chamados “descobrimientos”, pondo o português mítico no papel de quase humanista ilustrado e um aventureiro romântico. O ideal ou incorporação deste herói mítico é sem dúvida Enrique o Navegador, o maior dos navegadores, mesmo que provavelmente nunca andou pelo mar, e a sua escola náutica de Sagres – mais um belo mito – que não existiu nunca. Enrique o Navegador, como chefe da ordem dos Templários, colocava nas suas caravelas a cruz dos Templários e daqui só existe um passo à toda a ideia da cristianização que dominava na propaganda salazarista. A procura do reino mítico do preste João, cristianização do Reino do Congo como um exemplo do sucesso da atividade missionária sem o aspecto racista na África, Ásia e América. Cristianização, descobrimento de novas terras “para o mundo” e, evidentemente, Vasco da Gama com o seu descobrimento do caminho marítimo para a Índia, o que permitiu aos Portugueses enriquecer no comércio da pimenta e outras especiarias. E em toda esta mitologia imperial reaquecida não se diz nem uma palavra sobre o comércio de escravos e sobre a colonização brutal, como se os navegadores românticos portugueses unicamente descobriram as novas terras, povos, mercados e os lucros destes descobrimientos foram tomadas por aquele “mundo” mítico para o qual foram descobertas – os Portugueses enriqueciam unicamente comerciando a pimenta e outras raízes asiáticas, ouro e açúcar brasileiros, por tanto a mercadoria digna de navegadores românticos: essências aromáticas, doçura e ouro.

Portanto, podemos observar aqui uma cómoda e conveniente amnésia, expulsão de factos históricos e aceitação de conto de fadas contado pela propaganda salazarista sobre um bom Português que descobria os mundos desconhecidos e levava a luz da sabedoria e fê aos povos ignorantes. É curioso observar que o orgulho de ser Português em face destes sucessos narrados pelos partidários da lusofonia é tão grande que mais uma vez aproveita-se o conceito de lusotropicalismo.

---

<sup>2</sup> Ideologia imperial portuguesa dos anos 50 e 60 do séc. XX cujo papel foi a justificação da presença portuguesa no Ultramar.

O caso mais marcante que prova a ressuscitação deste velho mito é o acontecimento que teve lugar no Brasil durante a visita de Mário Soares. O senhor presidente exigiu a possibilidade do encontro com Gilberto Freyre, o grande lusotropicalista: “No Recife, quero ir a Apipucos, homenagear Gilberto Freyre. Já é tempo de fazermos as pazes com quem é um dos maiores escritores de nossa língua e tanto ama Portugal. E lá foi abraçá-lo, num encontro em que estávamos todos comovidos” (Freixo, 2015, p. 472), como lembra o embaixador Alberto da Costa e Silva no prefácio para a terceira edição do livro *Aventura e Rotina* (Freixo, 2015, p. 472). Este caso não foi acidental ou único, o que podemos confirmar lendo a entrevista no *Jornal de Brasília* de 30 de Janeiro de 2000, no qual Soares admite: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre lusotropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro” (Freixo, 2015, pp. 472-473).

Soares foi um grande oponente do lusotropicalismo nos anos 50 e 60 quando esta ideia foi utilizada pelo regime colonial, mas quando o regime falhou o ex-presidente deixou-se seduzir pelas suas miragens. No entanto, as palavras mais marcantes, as quais ao mesmo tempo provam esta sedução, são estas: “Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada por Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, moderno e democrático que eu represento” (Castelo, 1999).

Mário Soares não é o único que volta para o lusotropicalismo em Portugal, mas é um dos mais eminentes e as suas enunciações não podem ser resultado dum lapso da língua, já que o senhor presidente *expressis verbis* explica o seu ponto de vista. Como chama a atenção Adriano de Freixo:

O luso-tropicalismo havia penetrado de tal forma no imaginário político e cultural português, que teve forças para superar as diferenças político-partidárias e ideológicas existentes entre “conservadores” e “progressistas” e fez com que Freyre, no discurso lusófono oficial, fosse alçado à condição de um dos “pais-fundadores” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que então se articulava (Freixo, 2015, p. 479).

Considero que as palavras citadas acima podem se referir a toda a propaganda salazarista, a qual formou a base da identidade nacional portuguesa contemporânea – um conto de fadas agradável sobre o escolhido e cristianamente bom Português, o qual tem uma missão de cumprir, missão de criar um homem novo, não homem novo português, já que a portugalidade saiu das fronteiras do seu estado peninsular, mas um “homem novo lusófono”.

Alfredo Margarido (Margarido, 2000) vê no discurso lusófono “novos mitos portugueses”, que mantêm Portugal num passado idílico da sua missão atlântica. Sem dúvida tem razão, no entanto acho que estes mitos não são novos mas são

contados pela segunda vez, num contexto novo, no entanto a sua ideia principal continua igual. O que é importante, é a amnésia promovida por Portugal referente à sua história colonial. Portanto, o discurso lusófono é um produto só um pouco remodelado do discurso colonial de há 50 anos (Margarido, 2001, p. 481). Termos como a “portugalidade” ou “império” sobreviveram a descolonização porque a condenação do colonialismo aparece no nível da ideia, política oficial e não no nível da própria obra colonizadora (Cahen, 2013, p. 218).

A criação da mitologia lusófona abrangente a totalidade dos países da CPLP acontece na base do paternalismo neocolonial e reaquecimento do lusotropicalismo, com a colocação do Português no centro deste puzzle. Parece que esta tarefa *a priori* está condenada a falhar, mas as vantagens que vêm de ser membro da CPLP, fazem com que a amnésia torna-se contagiável, apesar de facto de que, como escreve Freixo “as pretensões hegemônicas não assumidas de Portugal estão sempre a pairar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (Freixo, 2015, pp. 482-483). A amnésia típica para o discurso português sobre a lusofonia espalha-se também para outros países. O Brasil pode não dar importância ao paternalismo visível nas atividades portuguesas porque a lusofonia nunca foi uma ideologia predominante no Brasil ou não foi tão importante para causar um debate nacional. Simplesmente Portugal é visto no Brasil como fragmento da Europa, além disso não muito grande, no qual “também” se fala português (Freixo, 2010, p. 72).

A África no entanto tem com Portugal um problema tipicamente pós-colonial – o complexo da inferioridade, necessidade da emancipação – mas as elites africanas da língua portuguesa, provenientes de negros assimilados, Mulatos e brancos que ficaram na África depois da independência, praticamente nunca quebraram os contactos – contactos privados – com a antiga metrópole. Na nova situação de formação da comunidade, repararam nas vantagens possíveis, portanto subjugam-se a amnésia com vontade, esquecendo os tempos coloniais e aceitando o discurso português sobre a comunidade baseada na língua. O caso dos escritores africanos da língua portuguesa é o melhor exemplo desta amnésia, facilitada pelo facto de que uma parte deles são Portugueses nascidos em Portugal dos pais portugueses ou nascidos nas ex-colónias mas dos pais portugueses, ou Mulatos, muitas vezes residentes em Portugal. Estas palavras podem causar umas controvérsias mas não se pode questionar o facto de que todos eles participam no mercado editorial português e usufruem das facilidades propostas pelo governo português. A própria decisão de escrever em português coloca estes autores na situação de subjugação à antiga metrópole e as suas raízes provam que esta subjugação na grande maioria dos casos nunca foi questionada. Este caso está em perfeita concordância com as palavras de Amílcar Cabral sobre a aceitação da língua portuguesa pelas ex-colónias:

(...) o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram (...) se queremos levar para a frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrever-

mos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português, até um dia em que, tendo estudado profundamente o crioulo, encontrando todas as regras de fonética boas para o crioulo, possamos passar a escrever o crioulo (Cabral, 1971).

Com outras palavras, mais simples: a língua portuguesa é a língua das elites formadas e assimiladas por isso permite o contacto com a cultura europeia, a qual é considerada pelos assimilados uma cultura dominante, melhor, uma cultura para a qual se deve aspirar. M. Cahen considera que a homogeneidade da nação, uma língua oficial, um corporativismo sindical (no período do sistema monopartidário), fraqueza de administração pública etc. tudo isto é muito “português”, se não salazarista (Cahen, 2010), o que é antes uma lusotopia e não lusofonia.

A ideia da lusofonia foi enriquecida pela citação, muitas vezes mal interpretada – pelo facto de ser tirada do contexto – citação de Bernardo Soares / Fernando Pessoa do *Livro de desassossego*: “A minha pátria é a língua portuguesa”. Pessoa queria dizer – o que é evidente quando lemos as frases antecedentes à citação – que vive unicamente dentro da língua, que não está interessado em política nem na própria existência de Portugal. No entanto, os peritos da propaganda lusófona com frequência referem-se a esta citação para provar que “a minha pátria é em todos os sítios onde se fala português”. Esta enunciação pode causar uma falta de vontade dos habitantes das ex-colónias, já que o seu espírito lusotropical e colonial desta frase é mais que evidente, porque as culturas – várias culturas – que utilizam também a língua portuguesa (sublinho *também* porque só em Portugal e no Brasil a maioria da sociedade fala português) diferem entre si. Esta diversidade tem de – o que é evidente – expressar-se também na língua ou melhor nas línguas portuguesas utilizadas na CPLP.

A amnésia que acompanha o acordo da CPLP não se refere unicamente a Portugal e à atitude do governo português às antigas colónias. A omissão no discurso da ex-metrópole das questões históricas da dominação parece até certo ponto justificada. As feridas ainda não cicatrizaram de forma definitiva, ainda vivem pessoas que podem provar a falsidade do mito do “bom colonizador”. Curioso é, no entanto, como os Brasileiros no seu discurso sobre a lusofonia também põem de lado o passado imperial de Portugal, talvez conscientes da sua própria potência em comparação com o tamanho da ex-metrópole (Sousa Galito, 2012). No caso dos países africanos a situação é diferente, aqui a metrópole está sempre presente na memória das pessoas. Além disso, as relações dos cidadãos dos PALOPs com Portugal continuam vivas, portanto a metrópole existe não só na memória mas também no espaço da vida quotidiana das pessoas. Mesmo assim aqui também podemos observar uma espécie de amnésia, a falta de vontade de lembrar os acontecimentos dolorosos. Isto se deve provavelmente ao facto de que os contactos presentes com a metrópole são proveitosas para os dois lados, portanto ninguém está interessado no passado. As facilidades nos negócios e na circulação das pessoas entre os países da CPLP fazem

com que o complexo tradicional das ex-colónias perante a metrópole não esta combatido nem rejeitado mas silenciado e até de certa forma cultivado e fortalecido porque esta quase – imaginada – subjugação aos portugueses é proveitosa, consequentemente deve-se aproveitar a oportunidade.

Como diz o intelectual português Eduardo Lourenço, hoje em dia a lusofonia tem duas faces que se complementam. Perante a dinâmica global e globalizante a lusofonia aparece como uma organização internacional de uma homogeneidade interna que a diferença da anglofonia e da francofonia. No entanto para as necessidades internas apresenta-se como heterogénica: “Portugal revive, no plano simbólico, o sonho de um *império lusitano*, lutando por conservar a sua presença no plano global; e nesse plano simbólico, a língua assume papel fundamental, tornando-se o vector de difusão da lusitanidade, como se a língua se tornasse um prolongamento do Império / Estado português” (Sousa Galito, 2012).

Paula Medeiros ainda mais sublinhando a amnésia universal lusófona considera que a lusofonia baseia-se no esquecimento e ao mesmo tempo na memória colonial do passado e tanto a língua comum, como a identidade cultural de cada um dos países sofrem do processo da ideologização e mitificação (Medeiros, 2006, p. 17).

Não existe portanto – no achar dos críticos, não só brasileiros ou africanos, mas também portugueses – algo como a cultura ou literatura lusófona. Podemos no entanto ser tão categóricos nesta questão? Temos de nos lembrar que a utilização da mesma língua faz com que os seus utilizadores se referem ao imaginário comum do qual esta língua é portador. Cultura não é afinal só aquilo que conhecemos aqui e agora, mas também toda a bagagem da história que se reflecte na língua. Mesmo querendo romper as relações de forma definitiva com a ex-metrópole isto não é possível. Primeiro por causa do acima mencionado imaginário, do qual a língua é veículo, e segundo, por causa da mesma proximidade linguística e cultural, a qual permite contactos mais fáceis no nível por exemplo de negócios. Muito tempo antes do surgimento da CPLP e tendo em consideração a isolamento de Portugal nos anos 70 e 80, os países africanos não quebraram as relações com Portugal, sobre tudo no nível pessoal, familiar, mas também no nível económico. Nesta situação não se pode defender das influências e do impacto da cultura da ex-metrópole no ex-subjugado, não se pode esquecer a história comum do colonizador e colonizado. Mesmo sentindo uma falta de vontade do Angolanos ou Moçambicanos frente ao governo português, é mais fácil para eles comunicar-se com este governo que com os Ingleses ou Franceses, ou Russos ou Americanos, tanto assim que – e não devemos nunca esquecer disso – as elites dos países africanos da língua portuguesa provêm dos negros assimilados, por tanto das pessoas que participavam na cultura portuguesa, e Mulatos, muitas vezes muito bem formados em Portugal, e brancos, que são simplesmente Portugueses mesmo que nunca tivessem estado em Portugal.

Michel Cahen apresentou uma observação muito interessante sobre as relações mutuas de rebeldes do MFA e da MPLA, que mutuamente foram vistas uns pelos

outros como representantes do mesmo mundo – os negros assimilados, Mulatos, brancos, por tanto de facto portugueses de ideias próximas ao MFA, porque de esquerda, e existentes dentro da mesma cultura, eram os seus parceiros naturais e aliados, o que não se pode dizer da UNITA ou FNLA as quais proclamavam ideias da “autenticidade africana” (Cahen, 2013).

No caso dos países da África portuguesa no fundo não podemos falar das culturas literárias nas línguas locais, toda a expressão literária sendo produzida em português. Mesmo os intentos feitos em Moçambique – não muito frequentes – de escrever nas línguas locais sofrem das influências portuguesas – ou europeias – porque as sociedades subsaarianas antes da época colonial não formaram nenhuma cultura da escrita, cultura baseada no livro; são umas culturas estritamente orais. Existe por tanto algo como uma cultura lusófona? Seguramente sim, e seguramente não. Não podemos falar sobre uma única cultura do território tão heterogénico e vasto tendo em conta só as suas fronteiras do uso da língua portuguesa. As diferenças existem não só entre os países mas também dentro deles. Quanto o Brasil durante os últimos 200 anos foi quase completamente conquistado e mais ou menos unificado – mesmo que os seus estados guardem umas diferenças essenciais – os países africanos continuam um patchwork artificial de diferentes povos, línguas e por conseguinte culturas. Consequentemente colocar um chapéu da língua portuguesa a esta torre de Babel não pode – pelo menos por enquanto – uniformizar a cultura de tantas pessoas no território tão vasto. Parece que antes podemos esperar uma americanização completa destes territórios do que a sua portugalização. Por outro lado o passado colonial comum e o uso da mesma língua cria um conjunto de elementos da cultura, imaginário e comportamentos comuns para todos os territórios da lusofonia. Não estarão talvez muito numerosos mas existem e não se os pode negligenciar.

Os críticos da lusofonia com a maior frequência partem do princípio que não existe uma cultura lusófona porque o facto de utilizar a mesma língua não significa de forma automática expressão da cultura portuguesa. Por isso, depois de grandes discussões formou-se um novo termo para as culturas e literaturas não-portuguesas da língua portuguesa, sobre tudo referente às literaturas africanas – separação da literatura brasileira da portuguesa parece não causar nenhuns problemas ou não desperta tantas dúvidas. Hoje em dia trata-se das „literaturas da língua portuguesa da expressão africana”. Este termo por um lado surge da necessidade de separação – necessidade condicionada politicamente, acrescentemos logo – de separação ou reconhecimento das literaturas das ex-colónias da literatura da ex-metrópole. No entanto por outro lado este termo leva em si o pecado de neocolonialismo, ou até paternalismo colonial, porque os autores deste termo metem no mesmo saco baixo o lema de “africano” 5 países que se diferem de si de forma substancial, não só por causa das condições geográficas, estrutura étnica ou linguística, mas também social, religiosa etc. Desta unificação paternalista de tudo separa-nos só um passo de

considerar todas as literaturas não-portuguesas da língua portuguesa por literaturas lusotropicalais, porque a única coisa que estes países tem em comum é o clima caloroso, por tanto o facto de pertencer aos trópicos. Acho que os protestos em Portugal não seriam muito fortes contra esta designação, sobre tudo nas gerações mais velhas, basta lembrar as enunciações de Mário Soares. Nas antigas colónias, no entanto, antes pelo contrário. A consciência desta analogia com certeza apareceu entre os estudiosos que se ocupam da cultura e literatura lusófonas, porque nos textos começaram aparecer definições tipo: “literatura da língua portuguesa da expressão angolana” etc., o que permitiu evitar o problema pós-colonial e colocar baixo o mesmo lema também literaturas brasileira ou timorense.

A portugalização galopante de Angola e Moçambique depois da saída dos portugueses, a qual foi a força motriz da comunicação de diferentes tribos e da formação dos novos estados, a qual dura até hoje, faz pensar mesmo que se a cultura homogenia de lusofonia não existir hoje em dia, seguramente ela está no processo de criação. A cultura lusófona pode não existir mas está a formar-se. Portanto, a lusofonia não é presentemente um território cultural mas um espaço pós-colonial especial, um espaço “relativo” (Cahen), mas não se deve excluir a possibilidade de que com a passagem de tempo a situação mude. Tanto mais que podemos ver por parte de Portugal e da sua política um desejo de criar um “homem lusófono”. É um desejo, evidentemente, sobrecarregado de uma espécie de paternalismo e tem como alvo a tal colonização “soft” (Sousa Galito, 2012, p. 9), no entanto se se permitir participar no projecto a todos interessados, sem valorizar as influências de cada um, um dia talvez possa mesmo surgir um “homem lusófono”. É um projecto utópico, o qual presume uma resignação voluntária da chefia no luso-mundo por parte da tradicional metrópole e da nova metrópole com ambições, a qual sem dúvida é o Brasil, o que parece pouco provável.

## BIBLIOGRAFIA

- Cabral, A. (1971). A cultura e o combate pela independência. *Seara Nova*, no. 1544.
- Cahen, M. (2010). Lusitanidade, lusofonia, Considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. *Plural Pluriel. Revue des Cultures de langue portugaise*, 7.
- Cahen, M. (2013). Portugal in the Sky: Conceptual considerations on communities, lusitanity and Lusophony. In E. Morier-Genoud, M. Cahen, *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. Hampshire/New York: Palgrave MacMillan, Houndsmill, Basingstoke.
- Castelo, C. (1999). “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961). Porto: Afrontamento.
- Charchalis, W. (2019). *Między luzotropikalizmem a luzofonią. Polityczne uwarunkowania przemian w literaturach afrykańskich języka portugalskiego*. Poznań: Wydawnictwo Naukowe UAM.
- Declaração Constitutiva da CPLP, <https://www.cplp.org/id-3869.aspx> (10.12.2018).
- Faraco, C.A. (2012). Lusofonia, utopia ou quimera? Língua, história e política. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida, S. Ribeiro (Eds.), *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA.
- Freixo, A. de (2010). As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia. In *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE e Fronteira do Caos Editores.
- Freixo, A. de (2015). Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia. *Textos & Debates, Boa Vista*, no. 27, v. 2, jan./jun.
- Lemos Martins, M. de (2016). Os estudos lusófonos como campo de investigação. In N. Barbosa Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia. História, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC, IP-PUC-SP.
- Medeiros, P. (2006). Lusofonia: discurso e representações. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, no. 1.
- Sousa Galito, M. (2012). Conceito de lusofonia. *CI-CPRI, AI*, no. 18.